



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 97133/2024

PROJETO DE LEI Nº 165/2024

EMENTA: *ALTERA OS ARTS. 1º E 23 DA LEI MUNICIPAL Nº3.892/2022, QUE*
“INSTITUI O PROGRAMA APRENDIZ NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO
DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.

INICIATIVA: COMISSÃO EXECUTIVA

PARECER LEGISLATIVO Nº 67/2024

I – DO RELATÓRIO

Os Vereadores Ricardo Teixeira de Oliveira, Irineu Cantador e Ben Hur Custódio de Oliveira, que compõe a Comissão Executiva, apresentam o Projeto de Lei em epígrafe.

Justificam a proposição:

O presente Projeto de Lei visa alterar a Lei que Institui o Programa Aprendiz no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária. É de extrema importância a alteração da legislação, Para adequar ao mercado em relação ao valor de salário-mínimo, a lei garante ao aprendiz o direito ao salário-mínimo – hora, observando-se, caso exista, melhor



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

condição salarial, podendo esta ser o salário-mínimo regional ou o piso da categoria estabelecido com base na portaria MTE nº 3.872, de 21 de dezembro de 2023, art. 81, II.

Após breve relatório, segue a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI

Consta na Constituição Federal em seu art. 30, I e posteriormente transcrito para a nossa Lei Orgânica no art. 5º, I que compete ao Município legislar sobre interesse local.

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

No que concerne a propositura do projeto de lei, está expressamente contido no art. 40, § 1º, “a” da Lei Orgânica de Araucária, que os projetos de lei podem ser de autoria de vereadores.

“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;”

A Constituição Federal em seu art. 6º prevê como direitos sociais a educação e o trabalho:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

(grifamos)

O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), prevê o Contrato de Aprendizagem, em que o empregador assegura ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos, formação técnico profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação:

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.” [\(Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005\)](#)

[...]

“§ 5º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.” [\(Incluído pela Lei nº 11.180, de 2005\)](#)

O projeto ainda está em consonância com o que dispõe o art. 429 da CLT que:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Relativo às crianças e adolescentes, a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º prevê que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
(grifou-se)

Relativo a organização interna da Câmara, cumpre salientar que por simetria ao que a Constituição Federal, em seu art. 51, estabelece, tem-se que é de competência da Câmara dos Deputados dispor sobre:

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:
I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
III - elaborar seu regimento interno;
IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

(grifamos)

A Lei Orgânica do Município de Araucária, em seu art. 27, inciso I, prevê que à Comissão Executiva cabe a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre a estrutura da Câmara Municipal, que crie ou extinga cargo, emprego ou função:

“Art. 27 Compete à Comissão Executiva, dentre outras atribuições:

I - a iniciativa de proposição, quanto à estrutura da Câmara Municipal:

a) de Resolução que crie ou extinga cargo, emprego, ou função;

b) de Resolução que disponha sobre a organização de seu serviço e de suas atividades institucionais;

c) de Lei que disponha sobre vencimento e demais vantagens remuneratórias de seu quadro de cargos, empregos e funções;” (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 21/2021)

Ademais, sobre a função administrativa da Câmara, Hely Lopes Meirelles, nos ensina que:

“A função Administrativa da Câmara é restrita à sua organização interna, ou seja, à composição da Mesa e de suas comissões, à regulamentação de seu funcionamento e à



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

estruturação e direção de seus serviços auxiliares.”¹

“A Câmara de Vereadores, como Poder Legislativo do Município, colegiado, desfruta das prerrogativas próprias desse órgão, quais sejam: compor sua Mesa diretiva, elaborar seu Regimento, organizar seus serviços e deliberar livremente sobre os assuntos de sua economia.”²

Cumpre salientar que o presente projeto não adentra em matérias de iniciativa exclusiva do Prefeito, previstas no art. 41 da Lei Orgânica do Município de Araucária:

“Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

I - criem cargos, funções ou empregos públicos, e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;

II - disciplinem o regime jurídico dos servidores públicos municipais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº [10/2002](#))

III - disponham sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município;

IV - disponham sobre o zoneamento e uso do solo do Município;

V - criem e estructurem as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta.”

(grifou-se)

Ponderando que, o presente projeto visa adequar o texto da norma ao que dispõe a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, nº 3872/2023, que diz em seus art. 81 que:

¹Meirelles. Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo. Malheiros. 2013. p 636.

²Meirelles. Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo. Malheiros. 2013. p 637.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Art. 81. Ao aprendiz é garantido, preservada a condição mais benéfica:

I - o salário mínimo hora, considerado para tal fim o valor do salário mínimo nacional;

II - o salário mínimo regional fixado em lei, para os estados que adotam o piso regional; ou

III - o piso da categoria previsto em instrumento normativo, quando houver previsão expressa de aplicabilidade ao aprendiz.

Parágrafo único. O aprendiz maior de dezoito anos que labore em ambiente insalubre ou perigoso ou cuja jornada seja cumprida em horário noturno faz jus ao recebimento dos respectivos adicionais.

Ponderando que, se deve observar que são nulos quaisquer atos de aumento de despesa com pessoal 180 dias anteriores ao final do mandato, como assevera o inciso II do art. 21 da LRF.

Art. 21. É nulo de pleno direito:

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;

Por fim esclarece que a tramitação da alteração legislativa atende o acordado na Ata de Reunião nº 56/2024 constante no Procedimento Administrativo nº MPPR-0010.23.001128-1.

III – DA CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Insta observar que a presente proposição segue as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por todo o exposto, conclui-se que a matéria em análise é de competência local e pode ser objeto de proposição a ser apresentada pela Comissão Executiva. Opina esta Diretoria Jurídica pela regular tramitação, desde que atendidas as recomendações acima, devendo ter o seu mérito submetido à apreciação do Plenário desta Câmara Legislativa, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Diante do previsto no art. 52, incisos I e II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **da Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação e Bem-Estar Social**, as quais caberão lavrar os pareceres ou solicitarem informações que entenderem necessárias.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 27 de junho de 2024.

IVANDRO NEGRELO MOREIRA
DIRETOR JURÍDICO
OAB/PR Nº 73.455